



Edson Gês

Em seu primeiro discurso como presidente efetivo, Itamar Franco assumirá o compromisso de combater a miséria e insistirá na ação em favor do social, disposto a enfrentar acusações de populismo

Haddad anuncia amanhã planos para o crescimento

Edson Gês 27.11.92

MARIZETE MUNDIM

O ministro do Planejamento e interino da Fazenda, Paulo Haddad, anuncia as linhas básicas da política econômica do governo Itamar Franco amanhã, em entrevista coletiva no Palácio do Planalto. Centrada na retomada do crescimento, através de ações que possibilitem a redução das taxas de juros e a geração de empregos com benefícios para as classes de mais baixa renda, a diretriz econômica do novo Presidente é avessa a choques econômicos e assume o compromisso de garantir a estabilidade das regras e a renunciar a medidas heterodoxas, como congelamentos ou prefixações.

Assessores de Paulo Haddad garantiram ontem que o documento "Diretrizes de Governo para Ações de Curto Prazo", aprovado pelo presidente Itamar Franco nas reuniões ministeriais dos últimos dias 18 e 19, será mantido, sem praticamente nenhuma alteração. "O documento só não foi divulgado logo após aquela reunião porque o Presidente optou por fazê-lo após o fim de sua interinidade", comentou um assessor do ministro. A decisão de anunciar oficialmente a política econômica amanhã foi tomada por Itamar e Haddad na viagem de volta do Uruguai, com o objetivo de tranquilizar o mercado financeiro e propiciar a volta dos investimentos.

Segundo um membro da comitiva brasileira, Haddad teria ponderado ao Presidente que, com o fim da interinidade, era chegada a hora de divulgar as Diretrizes Econômicas de Curto Prazo, por ele já aprovadas. Itamar Franco concordou e instruiu o ministro do Planejamento a falar no Palácio do Planalto. Talvez preocupados com as expectativas geradas no mercado financeiro com a posse definitiva de Itamar na Presidência e a eventual adoção de medidas fortes na economia, os assessores de Haddad insistiam ontem em afirmar que o anúncio das linhas mestras da política econômica seria "o anticlímax".

As diretrizes — Além de repudiarmos choques, o documento que será divulgado amanhã assegura que serão mantidos todos os compromissos já firmados na renegociação da dívida externa e garante que o processo será continuado, de modo que o País alcance a completa normalização de suas relações financeiras internacionais.

Acena, também, com a reestruturação do Banco Central, que lhe permita desempenhar adequadamente seu papel de responsável pela estabilidade da moeda e com a adoção de medidas para aperfeiçoar o sistema financeiro e o mercado de capitais, para que ambos possam cumprir eficientemente suas funções na retomada sustentada do crescimento econômico.

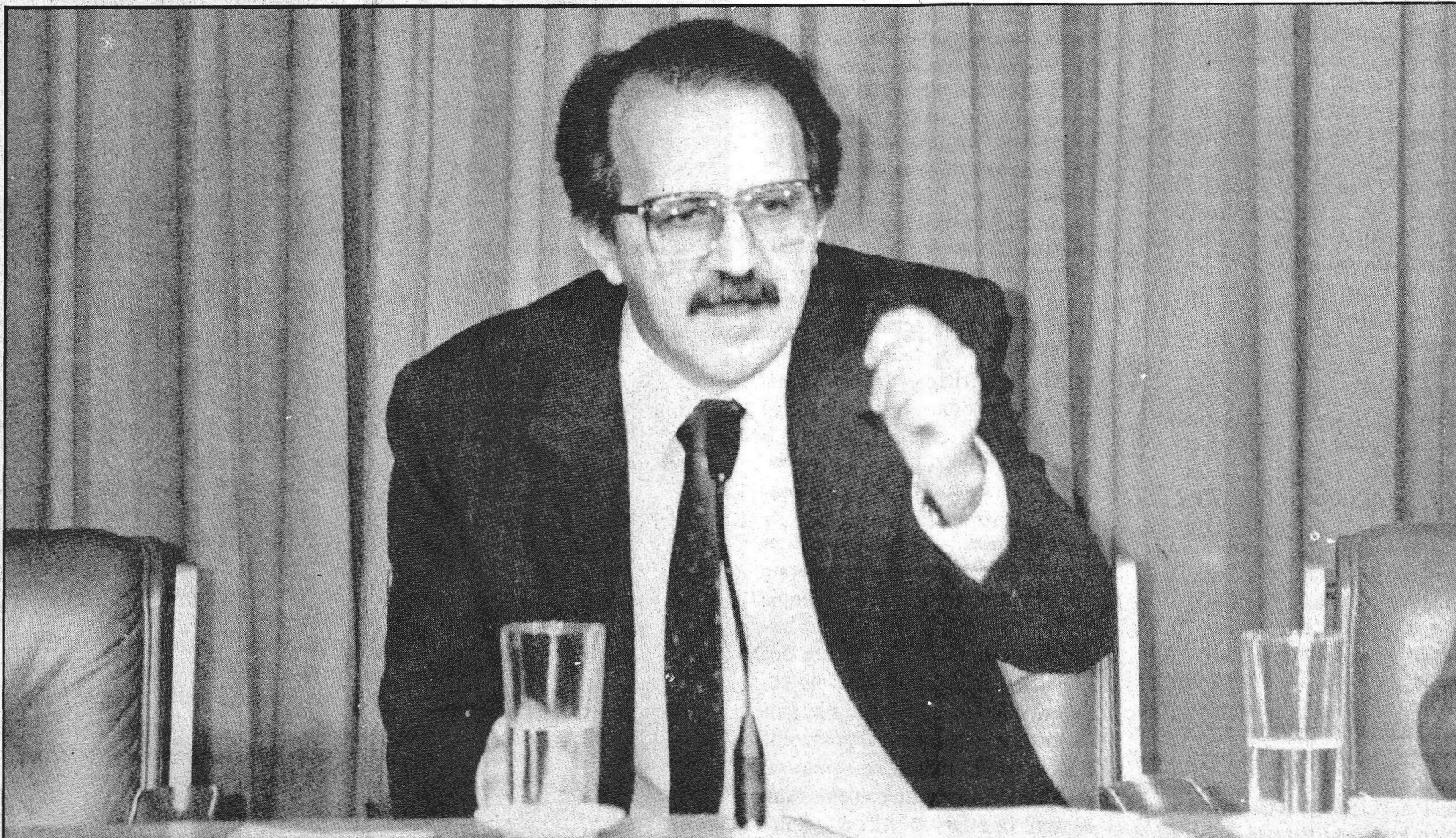
Os técnicos do ministério do Planejamento garantem que nenhuma medida de impacto — como prefixação ou dolarização — tem a menor chance de ser encampada pelo governo. No que diz respeito aos juros, segundo eles, será mantida a linha defendida por Haddad e aprovada pelo Presidente: eles continuarão reais e positivos, porém declinantes, na medida em que haja espaço para baixá-los.

O documento "Diretrizes de Governo para Ações de Curto Prazo" esclarece que "o controle da inflação dependerá da implementação adequada das tradicionais políticas econômicas de curto prazo, dentre as quais se destacam a política fiscal, monetária e cambial". É reconhecido, no documento, "nas atuais circunstâncias de desorganização institucional da economia brasileira, contudo, o espaço para o manejo destes instrumentos é muito pequeno". E, por isso, considera pré-condição, para o sucesso da política de curto prazo, a aprovação pelo Congresso Nacional do ajuste fiscal, dando uma clara sinalização de que, vencido o período de interinidade, o governo apostará todas as suas fichas na aprovação do ajuste.

Coerente com esta percepção, a estratégia de curto prazo do governo, no que diz respeito especialmente ao combate à inflação, assenta-se em quatro pilares: a reforma fiscal, a reforma do sistema financeiro, a proposta de soluções para os passivos do setor público e as reformas estruturais, necessárias à retomada do crescimento.

No que diz respeito ao sistema financeiro, a proposta do governo prevê mudanças mais profundas nos bancos federais e estaduais e não prevê nenhuma forma de intervenção no sistema privado. Diz o documento, em sua versão preliminar: "A reestruturação do Banco Central ampliará sua autonomia para controlar os agregados monetários e retirará do mesmo responsabilidades que não lhes são próprias". Por iniciativa do próprio governo, segundo o documento, será promovida a consolidação das contas entre o Tesouro e o BC, prevista no acordo de renegociação da dívida externa, tornando com isso mais transparente o relacionamento entre ambos.

Além disso, será dada continuidade, através da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), à implantação do Plano Diretor do Mercado Brasileiro de Capitais, incluindo a revisão da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76). O governo prosseguirá com a implantação do Plano Diretor do Sistema de Seguros, Capitalização e Previdência Complementar. A reforma do Sistema Financeiro de Habitação será, igualmente, objeto de proposta do governo ao Congresso.



Paulo Haddad dirá que a proposta de crescimento está lastreada na redução gradual das taxas de juros e na geração de empregos